

XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 2013.

# **Ordem do tempo e escrita da história: considerações sobre o ensaio histórico no Brasil, 1870-1940.**

NICOLAZZI y Fernando.

Cita:

NICOLAZZI y Fernando (2013). *Ordem do tempo e escrita da história: considerações sobre o ensaio histórico no Brasil, 1870-1940*. XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-010/1019>

*Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.*

**XIV Jornadas  
Interescuelas/Departamentos de Historia  
2 al 5 de octubre de 2013**

**ORGANIZA:**

Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras

Universidad Nacional de Cuyo

Número de la Mesa Temática: 120

Título de la Mesa Temática: La historia en perspectiva

Apellido y Nombre de las/os coordinadores/as: Mudrovcic, María Inés; Debattista, Susana

**ORDEM DO TEMPO E ESCRITA DA HISTÓRIA**

**Considerações sobre o ensaio histórico no Brasil**

*Nicolazzi, Fernando*

*Departamento de História*

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Brasil*

*f.nicolazzi@hotmail.com*

## I.

Em 1924, quando o Brasil vivia entre os recentes impulsos de inovação estética e cultural proposta pelo modernismo e a conturbada situação política dos anos 20, o crítico Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde) elabora um parecer significativo sobre o contexto intelectual brasileiro da época. Situando o país no conjunto mais amplo da realidade latino-americana, afirma que “somos nacionalidades apressadas, onde todas as phases da civilização coexistem, desde o selvagem no ultimo gráo de decadencia, até as intelligencias mediterraneas e subttis, que se isolam ou murcham nestes tropicos excessivos e ainda primitivos. E de tudo isso emana a sensação do ephemero e um presentimento continuo de morte” (Athayde, 1924: 239). O sentimento de *coevalness* entre a “civilização” e o “selvagem” indica uma aguda consciência temporal por parte do crítico, assumindo os contornos de uma “crise na ordem do tempo”. Não seria essa também a perspectiva de um Alberto Torres ao lamentar, já em 1914, portanto no prenúncio das aventuras bélicas que assolaram a Europa nos anos posteriores, que “a intelligencia contemporanea atravessa a crise de mais anarchia a que jámais chegou o espirito humano. Em nenhuma outra phase da Historia é mais aparente a impressão de que a marcha dos homens se tem realizado por cyclos, com voltas frequentes a uns tantos pontos, firmados pelo habito” (Torres, 1933: 24)?

A contemporaneidade entre “fases” distintas da história leva a uma sensação de instabilidade em que tudo parece a Athayde algo passageiro, não durável, e mesmo incapaz de legar frutos duradouros para a posteridade. O presente é algo fugidio, instantâneo, que mais do que apartar, por um corte abrupto, o passado do futuro, se constitui como uma justaposição desordenada das experiências vividas, sedimentadas de maneira caótica e até certo ponto sem sentido (Arendt, 1972: 28). Sobretudo, a situação parecia indicar, ainda na opinião do crítico, uma espécie de desordem temporal, um “tempo desorientado” que poderia comprometer, em longo prazo, o desenvolvimento histórico da sociedade brasileira e, num prazo mais curto, a própria capacidade de ação política dos indivíduos. Por essa razão se tornava pertinente indagar “de onde essa discordancia de tempos de crescimento, essa facil desesperança de espiritos, essa ambiguidade moral que ainda não permittio que a nossa alma encontrasse o seu ser?”. Antes de uma resposta pronta e acabada, restava para o crítico oferecer aos leitores da década de 1920 uma sugestão importante: “penso – diz ele – que da divergencia constante entre a fatalidade do tempo, que vae moldando lentamente e descontinuamente por vezes a nossa *realidade* nacional, e as exigencias da nossa

*identidade*, tão prompta, tão viva e ao mesmo tempo tão vasia de pertinencia e de folego; entre o que a natureza nos força a ser e o que a intelligencia pede que sejamos” (Athayde, 1924: 239). No fundo, um descompasso entre os anseios intelectuais e as condições da sociedade; entre aquilo que se oferecia como campo concreto do possível e as imagens sempre elevadas que a comunidade formulava sobre si mesma – “o nosso maior mal”, de que falava em 1908 Sílvio Romero.

O diagnóstico é assim construído pela impressão de que há um lapso de tempo entre sociedade e história, entre o lento e descontínuo desenvolvimento social e o processo acelerado do tempo. “Estamos realmente, como em nenhuma época, talvez, da nossa historia, diante de uma *multiplicidade de tempos de crescimento*, que torna o nosso tempo anarchico de apparencia [...] Um mundo muito moderno se sobrepõe, ou antes se insere aqui, a um mundo muito passado” (Athayde, 1924: 268). Assim, mesmo que não tenha levantado o conjunto amplo do mundo das letras no Brasil, o parecer de Tristão de Athayde não pode, de forma alguma, ser considerado despropositado.

Essa posição, que indica um profundo sentimento de “deslocamento”, não é de todo exclusiva de uns poucos autores, mas marca com linhas fortes toda uma perspectiva de pensamento sobre a nação que atravessou os tempos. Desde a difícil tarefa dos românticos, postos hoje no lugar de fundadores, tentando conciliar as muitas vezes antagônicas esferas da *cultura*, isto é, o dado que singulariza a nação, sua história particular, e da *civilização*, ou seja, a inserção daquela singularidade em um todo abrangente, moderno e universal (Elias, 1994: 23-64). Avançar rumo ao futuro implicava, nesse sentido, uma certa ruptura com elementos do passado. Entre a cultura e a civilização instaura-se, pois, um corte na ordem do tempo. Não é despropositado que parte considerável da historiografia oitocentista colocasse o indígena como problema epistemológico, situando-o muitas vezes *au delà* do tempo vivido: ter ou não ter história, tal era a questão, quando o que se propunha era justamente (re)ordenar o tempo da nação (Turin, 2006).

A constatação das profundas diferenças e dos consideráveis lapsos de tempo que separavam a cultura (brasileira) da civilização (ocidental), bem como as tentativas de “colocar-se no tempo do seu tempo”, segundo as palavras certeiras de Octavio Ianni, criaram as condições para a existência de um *discurso sobre a ausência*; a elaboração de uma imagem da pátria por aquilo que ela tinha de lacunar, por aquilo que lhe faltava ou, se isso for compreendido através da temática temporal, pelo *topos* do “atraso nacional”. Era essa, pois, uma das principais perspectivas que a geração de 1870 construiu sobre o

Brasil, encontrando na monarquia, na escravidão, no arcaísmo das estruturas sociais e no primitivismo das elaborações intelectuais as razões principais para o atraso. As palavras de Joaquim Nabuco, já em 1866, são apenas um dos exemplos: “entre nós as reformas parecem prematuras, quando já são tardias” (*apud* Santiago: 2002: XLV). Tempos depois, percebe-se a persistência do problema. O próprio contexto do modernismo paulista, vinculado à semana de arte de 1922, dá sinais disso. Segundo Eduardo Jardim de Moraes, o “segundo-tempo” modernista, aquele iniciado em 1924, passados os anseios imediatistas dos anos anteriores, colocou como questão fundamental o tempo da nação: para o autor, “a constituição de uma teoria da temporalidade da vida nacional vai possibilitar a reavaliação da situação de ‘atraso’ do contexto nacional. Ela vai também fornecer as bases da definição de um tempo da modernização próprio da nacionalidade” (Moraes, 1988: 238). Boa parte do trabalho de interpretação da nação que caracterizou as primeiras gerações do século XX lida diretamente com essa noção de um “tempo desorientado”, se assim se pode dizer, com a complexa tarefa de se compreender as causas visíveis e as razões profundas para tal situação, de que o parecer de Athayde é apenas um dos mais evidentes, embora tardio, exemplos.

Euclides da Cunha, autor na fronteira dos séculos XIX e XX, já indicava de forma contundente a situação, estabelecendo uma crítica destinada a ter uma recepção longamente duradoura. Escreveu o engenheiro, em meio às notáveis páginas de seu *Os sertões*, que, “vivendo quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que palejam reflexos da vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a República. Ascendemos, de chofre, arrebatados na caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço da nossa gente. Iludidos por uma civilização de empréstimo; respigando, em faina cega de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações, tornamos, revolucionariamente, fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daquele rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. *Porque não no-los separa um mar, separam-no-lo três séculos...*” (Cunha, 2004: 174-175).

O outrora fervoroso republicano deixa entrever nas suas palavras cortantes, não apenas a desilusão com respeito ao regime instituído poucos anos antes, mas uma perspectiva atualizada que enxergava um desacordo na ordem histórica: a antiquada sociedade não estava ritmada com o moderno sistema político, sendo imponente a

presença ainda viva das forças do passado, que retornavam com o ímpeto de um conflito de difícil compreensão, como Antônio Conselheiro, “grande homem pelo avesso”, e seus “atávicos” seguidores bem o mostraram. Nessa obra, Euclides conseguiu como poucos traduzir para a dimensão temporal as distinções de espaço: cruzar os sertões era também atravessar os calendários, num retorno anacrônico na história. Com isso, ele fez eco e deu feição renovada a outro *topos* que segue de par em par com a idéia de atraso, isto é, a temática do exílio, que, passado o lirismo romântico, encontrou uma formulação contundente nas págnas de *Os sertões*, assim como uma feição propriamente sociológica com a conhecida frase de Sérgio Buarque: “somos ainda uns desterrados em nossa terra” (Hollanda, 1936: 3). Afinal, sentir-se “fora” na terra natal não se parece com sentir-se deslocado entre seus contemporâneos?

Ora, esses dados aqui apenas mencionados indicam algo já bastante evidente: escrever sobre a nação, elaborar sua história era também uma forma complexa de ordenamento do tempo, uma maneira de se criar uma ordem temporal capaz de produzir significados teóricos plausíveis, mas igualmente um modo de se elaborar um sentido coletivo para a pátria, permitindo, com isso, a ação política no próprio presente em que se vivia. Era o caso, quando possível, de resolver o “impasse da não contemporaneidade” (Octavio Ianni). O fato teórico que cabe aqui destacar, nesse sentido, é o de que a ordem do tempo é toda ela relativa a uma determinada forma de representação do real, do passado em suas relações com o presente e com o futuro.

Aqui se pode voltar às colocações de Tristão de Athayde, que servem de índice para esta reflexão. Mais do que o mero diagnóstico da situação, suas idéias convidam a pensar sobre as formas possíveis de se representar aquela realidade caracterizada pela “multiplicidade de tempos de crescimento” que ocasionavam um tempo caótico, anárquico, desorientado, no qual passado, presente e futuro parecem se justapor num todo ininteligível. Subjaz por trás disso a compreensão de que representar corretamente a história da nação equivaleria a (re)orientar corretamente a temporalidade nacional. Assim, constatar uma perturbação na ordem do tempo significa também constatar uma crise no âmbito das representações. Pois a percepção de brechas no plano temporal não segue, por conseguinte, concomitante à consciência de uma crise no plano representacional (Hartog, 2003; Koselleck, 2006)? No âmbito mais geral, pode-se pensar que a instauração de novos regimes de historicidade, ou seja, de novas formas de articulação do tempo, demanda diferentes modelos de representação da história, uma

vez que se pode estabelecer relações profundas entre formas temporais e estruturas discursivas, isto é, entre tempo e narrativa.

## II.

No contexto das décadas próximas à virada do século XIX para o XX, onde ainda se buscavam formas de adequação entre a moderna consciência histórica, baseada numa idéia de civilização e progresso, e as percepções e discursos elaborados sobre a realidade social, os problemas se colocavam de maneira singular. O sentido da história nacional parecia estar sob suspeita: o evolucionismo filosófico, nas suas ramificações pelos estudos sociais, que ofereceu no final do século XIX uma narrativa aparentemente coerente à nação, não parecia mais, sobretudo pelos anos 1920, uma concepção adequada ou suficiente para a história do Brasil. Em linhas gerais, o ajuste de contas com o passado e a abertura da possibilidade de um devir benfazejo, não se davam mais apenas por razões de melhoramento genético ou pela coerência de leis sociais que previam à sociedade evoluir naturalmente. Os problemas gêmeos da geração do final do Império, o “atraso cultural” e a “inferioridade racial”, já não serviam como as únicas causas para a situação. Dessa maneira, solucionar aquele impasse equivalia também a formular novos problemas.

Em *A America Latina. Males de origem*, de 1905, Manoel Bomfim chamava a atenção para outra causa considerada por ele como mais importante, o “parasitismo social”, cuja história seguia desde os povos colonizadores do Novo Mundo até as elites governantes das sociedades latino-americanas independentes. Mesmo que mantivesse o pendor evolucionista em seu discurso, desviava-se das formas de abordagem que se dedicavam exclusivamente às influências mesológicas e às questões raciais (ou à relação entre os dois fatores) para explicar as inaptidões brasileiras em ingressar no cortejo das sociedades civilizadas, como era o caso de Sílvio Romero algumas décadas antes. Bomfim, à maneira de um clínico sobre o organismo doente, ressaltava a dinâmica do processo de “adoecimento” como chave explicativa: “tal é o caso do medico chamado para um enfermo, joven, tendo todas as razões para ser forte, havendo em torno de si tudo de que um organismo humano póde precisar para o seu perfeito desenvolvimento – e que, no emtanto, se apresenta debil e perturbado desde o nascimento, mal constituido, retardado em sua evolução, caprichoso e incoherente. Immediatamente, o pratico se voltará para os antecedentes do doente, e ahi buscará a causa do mal actual, e os meios efficazes de combatel-o”. Assim, “o sociologo não póde

deixar de voltar-se para o passado afim de buscar as causas dos males presentes” (Bomfim, 1905: 22-23). Como notou Flora Süssekind, o autor sergipano tentou criar a partir de sua teoria um outro princípio temporal para se compreender o Brasil: “seria um método de fato híbrido que permitiria a Bomfim tensionar, de um lado, o paradigma biológico, dominante no pensamento brasileiro desde meados do século XIX, de outro, o conceito unilinear, homogêneo, de tempo, no qual se pautava a escrita oitocentista da história. Pautando-se, de um lado, por uma historicização do domínio do natural; de outro, pela projeção de um tempo parasitário sobre a temporalidade histórica” (Süssekind, 2006: 616). A história da formação da nacionalidade brasileira se assemelhava, ainda que não fossem as mesmas coisas, ao processo natural em que um organismo parasita em corpo alheio. O tempo histórico era, pois, entendido segundo uma matriz organicista de compreensão, sendo em larga medida ainda aproximado do tempo da natureza (Blanckaert, 2004).

Por outro lado, recusando o meio como fator explicativo e refutando as teorias da inferioridade racial, mesmo que mantendo certos pressupostos do cientificismo oitocentista, Bomfim apresentava já um viés diferente de abordagem sócio-histórica: uma causalidade propriamente cultural se sobrepunha aos efeitos da geografia e da raça. As causas do atraso estavam no processo social como tal, e não apenas nas características inatas de seus personagens. Oliveira Vianna, década e meia depois, também oferecia sua contribuição para a discussão. Seu estudo da “formação nacional” se dava por meio da “caracterização social do nosso povo”. E seu procedimento era explícito desde o início de seu primeiro livro. Diz ele: “nesses estudos passo, por isso, um tanto leve sobre os factores cosmicos e anthropologicos, inclusive os concernentes ás trez raças formadoras; mas, detenho-me, com certo rigor de minucias, na pesquisa dos factores sociaes e politicos da nossa formação collectiva” (Vianna, 1920: III-IV). Mesmo que parte considerável de sua fortuna crítica o tenha situado como apologista das doutrinas arianistas, é preciso também ressaltar a mudança de ênfase entre sua abordagem e algumas teorias de branqueamento do século anterior.

Mas o que interessa frisar a partir dos dois autores é menos suas participações dentro do debate racial no Brasil do que o fato de suas obras resultarem de esforços consideráveis de reinterpretação do processo histórico nacional, no sentido de conferir a ele outros critérios de inteligibilidade e, dessa maneira, diferentes formas de representação do passado. Seus nomes, assim como o de Euclides da Cunha, o de Paulo Prado, o de Caio Prado Jr., o de Gilberto Freyre, o de Sérgio Buarque de Holanda, para



ficar nos exemplos canônicos, são significativos da chamada *tradição ensaística brasileira*, considerados, em alguns casos, como precursores das modernas ciências sociais no Brasil. Dessa maneira, essa tradição parece colocar em prática, pelo menos em partes, os desígnios elaborados anos antes por Capistrano de Abreu para o historiador brasileiro, estudioso que deveria, “guiado pela lei do *consensus*, [mostrar-nos] o *rationale* de nossa civilização, [apontar-nos] a interdependência orgânica dos fenômenos, e [esclarecer] uns pelos outros. [Arrancar] das entranhas do passado o segredo angustioso do presente, e [libertar-nos] do empirismo crasso em que tripudiamos” (Abreu, 1931: 141). Em outras palavras, superar o modelo de história oferecido por Varnhagen e a estudar segundo o viés conceitual das, então, “novas ciências”. Um historiador, enfim, que, depois de reunir e criticar a documentação pertinente à experiência nacional, *interpretasse* adequadamente sua história.

Não é forçoso, pois, estabelecer uma relação entre o diagnóstico do tempo desorientado de que o texto de Tristão de Athayde é exemplar, com essa tradição de ensaios de interpretação histórica da nação que marca a geração intelectual da virada do século. Mais do que a mera descrição dos feitos e dos homens que construíram a pátria ou a narrativa da dinâmica de formação do Estado nacional, demandava-se explicações que permitissem uma compreensão profunda da realidade e um espaço de ação sobre o real. E para tanto, o passado e o processo de formação da sociedade se colocavam como questões-chave para a resolução dos impasses coetâneos. A história servia, portanto, como resposta para a resolução de uma questão candente, qual seja, o “problema nacional brasileiro”, mas também como fundamento para um “programa de organização nacional”. Organizar a nação equivalia a ordenar o seu tempo, isto é, a escrever ou reescrever sua história.

### III.

Marielle Macé, defendendo a possibilidade de identificar um lugar e uma função para o ensaio em determinados contextos sociais, sugere que na França, por volta de 1900, o ensaio emerge como produto eminentemente literário, isto é, ligado àquilo que é definido como *discurso da literatura*, como uma estratégia de manutenção do valor dessa forma discursiva diante da ascensão de outros campos de saber. Segundo a autora, “os escritores confiaram ao ensaio o cuidado de manter o papel da literatura na evolução do conhecimento, no momento em que as ciências humanas pareciam deslocá-lo (*l'en déposséder*), e muito tempo depois que a prosa literária tivesse rompido com a retórica

[...]. Nesse espaço literário autonomizado, separado, e numa relação mais e mais difícil com os *discours savants*, qual podia ser a réplica dos escritores? Ela consistiu na afirmação de um ‘estilo de pensamento’ próprio à tradição literária, e à ilustração do ensaio como obra-prima (*chef-d’oeuvre*) da história francesa. A promoção do gênero torna claro um momento da história da prosa, data uma questão e afirma um valor” (Macé, 2006: 5). Se o final do século XIX é marcado pelo aceleramento na demarcação de fronteiras intelectuais e institucionais entre formas discursivas tornadas díspares e, em muitos casos, incongruentes, a literatura ainda permanece algo mal definido onde algo como um princípio ficcional vai encontrar abrigo (Lima, 2006). O ensaio aparece, então, não apenas como gênero de linguagem, mas como instrumento de escrita adequado para o intuito de reafirmação do campo literário diante de outros espaços de saber: “ele encarna uma tentativa de reconquista do território do pensamento, uma resposta especificamente literária à novas ‘inquietações’ intelectuais, em uma palavra, a manutenção da literatura na construção do saber” (Macé, 2006: 6).

A situação na França descrita por Macé serve aqui como parâmetro para a reflexão. Nesse sentido, o contexto literário francês parece surgir como contraponto ao brasileiro na medida em que permite aventar a hipótese segundo a qual o ensaísmo de cunho propriamente histórico, que desponta no Brasil durante as três primeiras décadas do século XX, pode ser pensado como imagem especular do ensaio literário francês, invertendo a ordem estipulada entre literatura e *discours savant*: nos trópicos, o gênero faz tradição justamente como forma, não de superação do discurso literário, mas enquanto uma reorganização das fronteiras disciplinares e ascensão dos saberes das ciências sociais diante da aparente primazia da literatura como modalidade fundamental de representação da cultura nacional. Em outras palavras, tratar-se-ia, em certa medida, de expandir o campo da história literária; expansão já ensaiada no fim do século XIX por um crítico e historiador como Sílvio Romero, que tentava encarar a literatura também a partir de um viés sociológico e etnográfico, com o aporte conceitual oriundo de diversos campos científicos. Tal expansão se dava no intuito de abarcar a nação como um todo dado à interpretação, cujo instrumental teórico para isso poderia incluir tanto pressupostos das ciências nomotéticas quanto das propriamente interpretativas. Nesse sentido, a compartimentação disciplinar ocorrida no século XX, definindo com contornos mais rígidos os limites dos espaços de saber, foi realizada em seguida a uma rearticulação importante dos campos das ciências sociais em relação à esfera literária. Como salientou Rodrigo Turin “crítica, literatura e história mantiveram-se, portanto,

sintomaticamente próximas, compartilhando a tarefa de delimitar os valores da nacionalidade” (Turin, 2005: 48-49).

É importante, porém, ressaltar que o ensaio como gênero de escrita no contexto brasileiro remete à convergência formal entre os saberes constituídos no Brasil durante o final do século XIX. A lucidez de um crítico como José Veríssimo permitiu-lhe a constatação disso ainda na primeira década do século XX, quando considerou que “uma das características dos tempos em que vivemos, é o espírito científico que desespecializando-se, se me permitem a feia palavra, buscou penetrar no seu hálito todas as concepções humanas”. Veríssimo sugeriu ainda que à crítica literária competia, em tal contexto, os esforços da história, da sociologia, da moral, da fisiologia, da psicologia, das ciências da experimentação e da observação, da exegese religiosa ou clássica (a lista é de Veríssimo) (Veríssimo, 2001: 72). De acordo com Roberto Ventura, a “unidade do saber” aspirada pelos autores desde 1870, à diferença da especialização disciplinar que definirá os padrões intelectuais a partir de meados do século XX, demanda um modelo de escrita que torne possível “uma concatenação eclética de teorias e conhecimentos díspares, apresentados como saber ‘universal’” (Ventura, 1991: 41). Em outras palavras, o ensaio emerge como consequência de uma situação em que estavam ainda mal definidas, mesmo que em processo de definição, as fronteiras institucionais entre os vários campos de estudo ocupados em pesquisar a realidade nacional. Maria da Glória Oliveira segue o mesmo raciocínio ao afirmar que, no “terço final do oitocentos, a profusão de obras de temáticas simultaneamente literárias, históricas e etnográficas sinalizava um momento de incipientes delimitações disciplinares em que a crítica, longe de se constituir em especialização, representava uma perspectiva de abertura reflexiva para questões instituídas como ‘nacionais’” (Oliveira, 2006: 17-18). Mais especificamente sobre a historiografia, Hugo Hruby destaca que, “não tão delimitado academicamente como na Europa, o conhecimento histórico achava-se, no Brasil, mesclado com outros campos do saber num momento de grande efervescência intelectual” (Hruby, 2007: 23). O fato de um Capistrano de Abreu, por exemplo, encarnando a figura do historiador de *métier*, não ter aceitado a candidatura de entrada na ABL, embora possa denotar uma consciência pessoal de sua atividade, não implica necessariamente um sinal eloqüente de repartição dos campos.

Sílvio Romero, por exemplo, encarava a literatura e a história literária como discursos predominantes para se investigar o Brasil e com isso formular uma resposta aos impasses intelectuais que inquietavam sua geração, desde que tal investigação

obedecesse também aos princípios epistemológicos das ciências sociais, da filosofia e de certos ramos das ciências naturais. Em seu artigo de 1882 sobre Émile Zola, momento em que, nas palavras de Antonio Candido, ele estava “em boa forma na discussão de teorias críticas”, Romero estabeleceu a afinidade entre literatura e história, dizendo que ambas são regidas por uma mesma lei: “a evolução transformista”. Seria por meio da compreensão dessa lei geral que a síntese literária poderia fornecer explicações historicamente consistentes, já que, mencionando uma das principais contribuições do romancista francês, o crítico salienta que “a obra literária não deve ser um acervo de mentiras, mas *um conjunto de documentos humanos tomados ao vivo*” (Romero, 1978: 100 e 84). E não se pense tratar de texto menor no conjunto da obra do sergipano, afinal ele próprio, no prefácio à primeira edição de sua *História da literatura brasileira*, advertiu ser naquele artigo o lugar onde expusera suas idéias sobre arte e literatura, considerando-as “linhas diretoras” de seu raciocínio crítico (Romero, 1980: 48). Assim, ele define o escopo de sua obra mestra como o de “encontrar as leis que presidiram e continuam a determinar a formação do gênio, do espírito, do caráter do povo brasileiro”, considerando-a, antes de uma mera descrição “pinturesca”, uma “história filosófica e naturalista”, tendo como fonte primordial os já citados “documentos humanos” da literatura. Ou seja, Romero parte de uma visão bastante abrangente do que vem a ser literatura, como deixa explícito ao falar sobre o “espírito do livro”, mencionando a tradição alemã de pensamento: a literatura “compreende todas as manifestações da inteligência de um povo: – política, economia, arte, criações populares, ciências... e não, como era de costume supor-se no Brasil, somente as intituladas *belas-letras*, que afinal cifravam-se quase exclusivamente na *poesia!*...” (Romero, 1978: 55 e 58). Daí o privilégio a ela concedido, sua centralidade no conjunto dos discursos sobre a nação.

Como indicou Antonio Candido em seu estudo sobre o crítico, “a sua longa e constante operação foi, com efeito, elaborar uma história literária que exprimisse a imagem da inteligência nacional na seqüência do tempo – projeto quase coletivo que apenas Sílvio Romero pôde realizar satisfatoriamente, mas para o qual trabalharam gerações de críticos, eruditos, professores, reunindo textos, editando obras, pesquisando biografias, num esforço de meio século que tornou possível a sua História da Literatura Brasileira, no decênio de 80” (Candido, 1997: 311-312). A tarefa do historiador literário que Romero assumiu para si era, pois, desvelar um sentido próprio para a literatura nacional e, com isso, organizar uma temporalidade original para as letras brasileiras.

Rodrigo Turin, dessa maneira, aproxima sem justapor, a historiografia propriamente dita da história literária, segundo tal anseio em definir um sentido de tempo para a nação, a primeira, tendo por grande exemplo a *Historia geral* de Varnhagen, através do desejo de elaboração de uma correta cronologia histórica, a segunda, exemplificada pela *História da literatura brasileira* de Romero, pelo levantamento e sistematização das obras que definiriam em momentos distintos a literatura brasileira. Nas palavras do acurado estudioso, “o que a história da literatura vinha oferecer era justamente o mapeamento desse processo pelos rastros literários, na medida em que tais rastros sintetizavam o ‘espírito’ da nacionalidade, sem que fosse necessário se deter nas particularidades factuais e nos outros constrangimentos implicados na historiografia *stricto sensu*” (Turin, 2005: 63-64).

Embora se diferenciasse consideravelmente, a tarefa romeriana fora já intuída pela geração precedente, em que o famoso discurso de 1836 sobre a história da literatura brasileira, escrito por Gonçalves de Magalhães, tem lugar de destaque. O parágrafo inicial do texto é significativo de suas intenções e da forma particular como, não só o autor mas também alguns pares intelectuais, compreendiam a idéia de nacionalidade. Sendo a literatura aquilo que um povo tem de mais profundo e seu, ela é também sua mais plena e fidedigna expressão, constituindo-se, portanto, como sua fonte por excelência. Pois, se os povos perecem com os anos, “escapa a litteratura aos rigores do tempo para anunciar ás gerações futuras qual fôra o character e a importancia do povo, do qual é ella o *unico representante na posteridade*” (Magalhães, 1994: 21). Tal como um termômetro consegue medir as variações do estado da atmosfera, a literatura capta em seu interior as transformações por que passa determinado povo, permanecendo como seu mais autêntico documento e, por extensão, fazendo convergir a compreensão da história de um povo com o estudo de suas manifestações literárias.

A tarefa foi também assumida pela Academia Brasileira de Letras a partir de 1897. Joaquim Nabuco, na qualidade de secretário geral da Academia, indicava que tal escolha significava, em primeiro lugar, a elaboração de um passado para a própria instituição, quando pronunciou as seguintes palavras: “não tendo antiguidade, tivemos que imitá-la, e escolhemos os nossos antepassados”. Mas essa escolha significava igualmente uma representação em âmbito nacional, na medida em que era na literatura que se encontrava a essência da nação. Suas palavras são claras: “não tivemos ainda o nosso livro nacional, ainda que eu pense que a alma brasileira está definida, limitada e expressa nas obras de seus escritores; sómente não está toda em um livro. Esse livro, um

extrator habil podia, porém, tiral-o de nossa literatura... *O que é essencial está na nossa poesia e no nosso romance*” (Nabuco, 1910: 174). Tal como para Magalhães e para Romero, a literatura na Academia se apresentava como documento vivo do povo, sua privilegiada fonte histórica. Como o próprio Machado de Assis indicou em seu discurso de fundação, tratava-se da manutenção de uma tradição. As palavras do bruxo aos seus pares são eloqüentes: “já o batismo das suas cadeiras com os nomes preclaros e saudosos da ficção, da lirica, da critica e da eloquencia nacionais é indício de que a tradição é o seu primeiro voto” (Assis, 1910: 166).

Por sua vez, os “ensaístas históricos”, na imprecisão própria que o termo possa ter, assumiam um projeto que, conquanto trazendo semelhanças no que diz respeito aos objetivos, se mostrava um tanto distinto na prática. A literatura, mesmo que ainda consideravelmente central, deixa de ser a fonte privilegiada de investigação e o princípio norteador das interpretações formuladas; acima de tudo, ela deixa de ser a única expressão daquilo que definia, em grande parte do século XIX, o nacional, ou seja, a idéia de povo. Se Magalhães encontrava ali o documento vivo da nacionalidade, se Romero percebia nela as definições próprias da nação e se Nabuco a considerava expressão da alma brasileira, as questões passam a mudar de figura. Em outras palavras, pode-se considerar que, no afã de compreensão intelectual do Brasil e da elaboração de uma interpretação social de seu processo formativo, o ensaio histórico, em certa medida, se liberta das amarras da literatura, senão da forma ao menos da documentação exclusivamente literária.

#### IV.

Se ele consegue manter certa autonomia em relação à esfera literária, o ensaio não se justapõe por completo ao desenrolar da historiografia brasileira, cujo movimento é possível de ser vislumbrado em dois autores canônicos como Francisco Adolfo de Varnhagen e Capistrano de Abreu, bem como em alguns debates ocorridos no IHGB durante a virada do século. No caso do Instituto, desde sua fundação um problema se mostrava na ordem do dia, o da correta periodização da história do Brasil. José Honório Rodrigues retomou a importância da questão em *Teoria da história do Brasil*, salientando que periodizar não equivalia apenas à seqüência correta dos fatos colocados na ordem cronológica, mas sim à definição de princípios gerais que os ordenassem pelos motivos que definiram suas condições de possibilidade. Na sessão inaugural da agremiação, o cônego Januário da Cunha Barboza já apresentava preocupações para

“determinar-se as verdadeiras épocas da historia do Brazil, e se esta se deve dividir em antiga e moderna, ou quaes devem ser suas divisões” (Barboza, 1839: 45). A tarefa de periodização era um passo fundamental para a adequada interpretação dos fatos históricos, mesmo se a escrita da história não se resumisse a isso.

Ainda no contexto da virada do século XIX para o XX, o Instituto não impusera a si mesmo como primeiro objetivo a tarefa de produção de uma síntese abrangente da história do Brasil. Na análise minuciosa feita por Hruby sobre a instituição no período que segue entre 1889 e 1912, sobressai a idéia de que o Instituto se atribuía ainda, mantendo a característica definida desde sua fundação, uma posição documental, de coleta, identificação e crítica de fontes; o trabalho final seria legado aos historiadores do porvir, cabendo para o momento “preparar os ‘elementos seguros e esclarecidos para um julgamento futuro’”. Ou seja, “mesmo que a escrita da História do Brasil fosse delegada aos pósteros, os sócios continuariam com a árdua tarefa de reunir documentos e registrar os acontecimentos. Se tal empreendimento não se mostrava tão elevado como seria a consecução do ‘grande livro’, ele mostrava-se difícil de exercer pela requerida imparcialidade do historiador e da sagacidade de sua crítica” (Hruby, 2007: 108). A posição de Oliveira Lima em 1913 deixa clara tal perspectiva quando afirmava ser “preferível que na *Revista* sobrelevem os documentos aos ensaios: nós carecemos mais de preparar o material, reunindo o muito que anda disperso, do que urge aproveitá-lo” (Lima, 1913: 486).

Já para Varnhagen e Capistrano, a questão assume outras proporções. Se é considerável os avanços por que, de um para o outro, a prática historiográfica passou, é igualmente notável a não aptidão de um, segundo o outro, e a não realização por parte deste, segundo alguns críticos, de um esforço mais abrangente de generalização dos argumentos oferecidos, e de um trabalho interpretativo que fosse além dos fatos constatados, resultando numa obra de proporções sintéticas mais abrangentes. Dizendo de outro modo, o insucesso da parte dos dois historiadores em avançar das descrições empíricas para interpretações de caráter propriamente sociológico.

Apesar das intenções esboçadas por Varnhagen quanto ao objetivo de sua grande obra, em que ele tentava não “perder de vista a indispensável condição da unidade” da história pátria, e ciente de que “convinha aproveitar bem a crescente profusão dos materiaes, e sobretudo ligal-os com não inadequado cimento”, parece que o próprio autor reconhecia, numa espécie de retórica da modéstia, sua inaptidão para a tarefa: na construção do “edifício”, “o mesmo edificio reclamava de dia para dia mais habil

arquitecto” (Varnhagen, 1854: 11). Capistrano, e mais tarde Oliveira Lima no discurso em homenagem ao patrono de sua cadeira na ABL (Lima, 1910: 446), lamentava o fato de que Varnhagen jamais conseguiu ir além dos fatos, sugerindo que o Visconde de Porto Seguro “poderia excavar documentos, demonstrar-lhes a autenticidade, solver enigmas, desvendar misterios, nada deixar que fazer a seus successores no terreno dos factos: comprehender, porém, taes factos em suas origens, em sua ligação com factos mais amplos e radicaes de que dimanam; generalizar as acções e formular-lhes a theoria; representa-las como consequencias e demonstração de duas ou tres leis basilares, não conseguiu, nem conseguiu-lo-ia”. Faltava a Varnhagen, segundo o autor de *Capítulos de história colonial*, “espírito plastico e sympathico”, já que “Historia do Brasil não se lhe afigurava um todo solidario e coerente”; faltava-lhe, sobretudo, o passo fundamental que tornasse sua história uma história filosófica nos moldes projetados e sugeridos para a história do Brasil por von Martius e que, já para o final do século XIX, assumiria ares cada vez menos “filosóficos” do que propriamente sociológicos. Capistrano chega a indicar mais especificamente as deficiências do nosso “primeiro historiador”, quando diz ser “pena que ignorasse ou desdenhasse o corpo de doutrinas creadoras que nos ultimos annos se constituiram em sciencia sob o nome de sociologia. Sem esse facho luminoso, elle não podia vêr o modo por que se elabora a vida social. Sem elle as relações que ligam os momentos successivos da vida de um povo não podiam desenhar-se em seu espirito de modo a esclarecer as differentes feições e factores reciprocamente” (Abreu, 1931: 138-140).

No caso do historiador cearense, não são poucos os autores a lamentar o fato de o próprio Capistrano jamais ter realizado a escrita de uma história sociológica do Brasil. Faltou a ele, talvez, um gosto mais apurado pela escrita que lhe permitisse escrever a grande história que ele era capaz de fazer e que dele era esperada. José Veríssimo, comentando em 1907 a publicação dos *Capítulos*, considerou que o livro “não é, infelizmente, ainda a obra completa e definitiva (quanto uma história o pode ser), que só talvez os seus longos, constantes e aproveitados estudos da matéria e seguro saber dela, nos podiam dar, e que tanta [falta] faz à nossa cultura” (*apud* Vianna, 2001: LXXII). Sílvio Romero foi um tanto mais cruel: “nós mesmos, durante mais de trinta anos, nos deixamos iludir, e chegamos a esperar, com ansiedade, a *História do Brasil*, prometida por Capistrano. Sabiamos que êle é grande conhecedor dos nossos fatos históricos [...] Mas, após dez anos de espera, reconhecemos que o seu saber é puramente *micrológico* e de minúcias, sem relêvo de espécie alguma”. Acrescenta ainda que “falta-lhe a vida, o



calor, a imaginativa, a capacidade sintética, o talento de narrar, a filosofia dos fatos, a amplitude generalizadora, a perspicácia analítica”, seguido pela estocada fatal: “em suma, faltam-lhe todos os dotes dos grandes historiadores” (Romero, 1954: 1979-1980).

## V.

Tais considerações indicam um lugar específico na tradição de escrita da história que foi aqui apenas parcialmente reconstituída. Embora “incompleta” a sua obra, Capistrano aparece como um indício de “transição” para onde convergem a intenção interpretativa estabelecida pela historiografia literária e a intenção erudita defendida pelos historiadores “convencionais”. Depois de constatar o não cumprimento do ideal sociológico na história de Varnhagen, ele deixou claro suas expectativas: “esperamos que alguém, iniciado no movimento do pensar contemporâneo, conhecedor dos métodos novos e dos instrumentos poderosos que a ciência põe à disposição de seus adeptos, eleve o edifício, cujos elementos reuniu o Visconde de Porto-Seguro”, e que esse alguém, como já foi assinalado anteriormente, “escreva uma história da nossa Pátria digna do século de Comte e Herbert Spencer. Inspirado pela teoria da evolução, mostre a unidade que ata os três séculos que vivemos. Guiado pela lei do *consensus*, mostre-nos o *rationale* de nossa civilização, aponte-nos a interdependência orgânica dos fenômenos, e esclareça uns pelos outros. Arranque das entranhas do passado o segredo angustiante do presente, e liberte-nos do empirismo crasso em que tripudiamos” (Abreu, 1931: 140-141). Seriam, em certa medida, os chamados “intérpretes do Brasil” aqueles que avançariam pelos meandros das “novas” teorias científicas e ofereceriam aos leitores brasileiros, através de suas tentativas de explicar e compreender o Brasil, respostas para o “segredo angustiante” do seu presente. A escrita ganharia em sentido filosófico ou sociológico, mesmo que às custas de uma preocupação mais intensa com os critérios da crítica erudita.

Em prol da procura pela linha de força que definiria a história brasileira, o ensaio como que deslocaria o olhar da superfície visível para o âmbito não aparente do processo histórico. Nesse sentido, a atenção dispensada ao documento acaba por ocupar uma posição de segundo plano. Como argumentou Oliveira Vianna, “no estado atual da ciência histórica, o texto dos documentos não basta só por si para fazer reviver uma época, ou compreender a evolução particular de um dado agregado humano [...]” (Vianna, 1920: II e III). Idéia semelhante fora colocada por Bomfim alguns anos antes: no estudo da história pátria, de seus acontecimentos fundadores e “para destacar-lhes a

feição geral, *o pensamento não se perderá nos desvãos da erudição, nem dispensará energias para efeitos sómente litterarios*” (Bomfim, 1929: 8). O escopo era a síntese do movimento, não a descrição de seus fatores.

Isso não significa um completo abandono da erudição documental no período. Se a obra de Capistrano de Abreu assim o demonstra, pode-se sustentar a assertiva com base em outro trabalho de caráter bastante diverso, posto que se pretendia um manual didático de história do Brasil para o ensino superior, a saber, o livro de João Ribeiro publicado originalmente em 1900. Ribeiro alega desde a introdução não ser ali o lugar para “dissertações filosóficas”, ou seja, para um esforço mais contundente de teorização sobre a história pátria (característica fundamental dos ensaios interpretativos), embora ele apresente o que chama de “idéias gerais” sobre o correto movimento histórico na formação do Brasil. Interessa notar, entretanto, certas precauções tomadas pelo autor quanto à veracidade das informações relatadas, sempre fazendo uso de flexões tais como “é provável”, “provavelmente”, “não se sabe bem”, quando o exame da documentação não permite a segurança das assertivas. Por outro lado, em algumas oportunidades a dúvida é elidida em proveito de afirmativas construídas segundo o respaldo de fontes consideradas seguras. No primeiro capítulo do livro, há inclusive uma seção intitulada “questões e dúvidas”, na qual Ribeiro, filólogo e historiador, retoma discussões sobre determinados fatos, discutindo à luz dos documentos disponíveis a probabilidade das versões existentes sobre eles. Ou seja, parte do procedimento didático da obra se assenta firmemente sobre os princípios definidores da erudição histórica (Ribeiro, 1960).

Paulo Prado, com seu *Retrato do Brasil*, ocupa um lugar singular nessa temática. Nesse sentido, apesar de advertir o leitor, na nota que abre a quarta edição, de 1931, que se tratava de um “ensaio puramente philosophico” (Prado, 1931: 5), isto é, elaborado segundo uma generalização sobre a formação nacional sem se preocupar com as miudezas da erudição, a relação com Capistrano deve tê-lo alertado para uma série de requisitos fundamentais para um escrito historiográfico. Assim, toda a trama argumentativa do autor está fundamentada em ampla documentação (cronistas, viajantes, cartas de jesuítas e de colonos, relatórios oficiais, documentos da Inquisição, registros de historiadores, etc.), na grande maioria das vezes referenciada em notas de pé-de-página. Não há ali, evidentemente, uma análise crítica das fontes, no sentido da erudição proposta por Varnhagen e Capistrano, mas nota-se a preocupação do autor em criar o lastro documental para o seu ensaio.

Dessa maneira, um crítico atento como o próprio João Ribeiro chega a dizer de Paulo Prado que ele “é um historiador no melhor sentido em que podemos classificá-lo, não há a menor dúvida. Conhece minuciosamente os fatos, tem uma larga documentação, e poucos como ele poderiam gabar-se da erudição que adquiriu do nosso passado” (Prado, 1997: 224). Não obstante o elogio sobre o recurso aos documentos, o filólogo questiona justamente o *uso* feito deles; ele que não era dado a “dissertações filosóficas”, critica as generalizações abusivas do ensaísta. Para Ribeiro, a falha estava, não na ausência de crítica, mas na escolha das fontes utilizadas, pois, em suas palavras eloqüentes, “os documentos como os *clássicos* provam o que se deseja”. Enfim, o parecer do resenhista parece tocar no âmago da questão ensaística: “é uma pintura magnífica em que não reconhecemos o original mas admiramos os efeitos de luz e a modelação e distribuição das massas, retrato de avô longínquo que faria excelente figura numa galeria de antepassados” (Prado, 1931: 226).

Entre uma “teoria geral” e a atenção erudita sobre as fontes, desdobra-se o lugar do ensaio histórico. Caio Prado Jr. esboçou a idéia ao dizer que o *Evolução política do Brasil* (1933) seria menos uma “história do Brasil” do que um “simples ensaio”: uma “síntese da evolução política do Brasil” e não “a sua história completa”. Ele indica com isso a preocupação não com a totalidade do processo, mas com a “resultante média” ou “linha mestra” dos fatos, interpretados, como se sabe, sob um viés (“relativamente novo”, nas suas palavras) marcadamente materialista (Prado, 1999: 7). Fica claro no decorrer da obra que Caio Prado não se preocupou com uma investigação intensa “de primeira mão”, mas sim apenas em oferecer *outra* interpretação com base nas próprias histórias até então escritas, mas segundo um viés teórico diverso. Por isso, talvez, nesse ensaio não se vê uma pesquisa mais intensa *a partir* dos documentos, como se verá mais tarde no *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), sendo eles citados, costumeiramente, através de terceiros, a partir da obra de outros autores. Assim, a distinção entre o “reflexo exterior” dos acontecimentos e o “íntimo da nossa história”, passível de ser apreendido apenas quando se supera o nível puramente empírico da investigação, coloca em dois planos distintos e separados a pesquisa dos fatos e a interpretação do processo.

Nesta relação entre erudição e síntese, foi Paulo Prado quem melhor definiu a questão, no *post-scriptum* de seu livro de 1928: o esforço seria pela “especulação dedutiva”, e não pelo estabelecimento dos acontecimentos, e assim, intentava-se “chegar á essência das coisas, em que á paixão das ideas geraes não falte a solidez dos

casos particulares”. Isso implicava, por sua vez, “considerar a historia, não como resurreição romântica, nem como sciencia conjectural, á alleman; mas como conjunto de meras impressões, procurando no fundo mysterioso das forças conscientes ou instinctivas, as influencias que dominaram, no correr dos tempos, os individuos e a collectividade” (Prado, 1931: 187).

## VI.

A hipótese que se levanta, portanto, é a de que o ensaio histórico das primeiras décadas do século XX desponta no limiar entre as intenções sintéticas da história literária e as pretensões eruditas da historiografia convencional. Com isso, sugiro aqui defini-lo como o esforço de sistematização de uma realidade histórica ou, nos termos antes colocados, de (re)ordenamento da experiência do tempo (não se resumindo à simples concatenação dos fatos em períodos), mesmo que sem uma atenção detida em relação ao método crítico historiográfico, mas também sem a redução documental proposta por algumas versões de história da literatura, em que a idéia de documento histórico era, de maneira geral, sinônimo de *texto literário*, qualquer que fosse a sua definição. Assim, colocado entre a história literária e a crítica histórica, abre-se para o ensaio interpretativo todo o campo das ciências sociais, justamente no contexto em que a sociologia brasileira, como disciplina, não dispunha ainda de meios institucionais definidos para sua autonomia. Não é à toa, portanto, que autores considerados ensaístas, tais como um Euclides da Cunha, um Oliveira Vianna ou um Gilberto Freyre, cheguem a figurar como “pais” do saber sociológico no Brasil: a disparidade das obras indica a imprecisão do atestado de paternidade! Antonio Candido, por exemplo, já definiu *Os sertões* como demarcador de fronteiras: “livro posto entre a literatura e a sociologia naturalista, *Os sertões* assinalam um fim e um começo: o fim do imperialismo literário, o começo da análise científica aplicada aos aspectos mais importantes da sociedade brasileira” (Candido, 2000: 122).

O ensaio histórico, portanto, não é apenas o texto na fronteira entre a arte e a ciência, como se costuma dizer, mas o modelo de escrita que permite aglutinar campos disciplinares que hoje são tidos por distintos; ele é o ponto de junção propício no Brasil para a relação entre as “três culturas” que marcaram o século XIX, sua forma privilegiada de discurso.

## Bibliografia

- ABREU, J. Capistrano de (1931). “Necrologio de Francisco Adolpho de Varnhagen”.  
In: *Ensaio e estudos (critica e historia)*. 1ª. série. Edição da Sociedade  
Capistrano de Abreu, Livraria Briguiet.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de (1988). “Ronda noturna. Narrativa, crítica e verdade  
em Capistrano de Abreu”. In: *Estudos Históricos*, n. 1.
- ARENDR, Hannah (1972). *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva.
- ASSIS, Machado de (1910). “Discurso de Machado de Assis presidente (sessão de  
abertura, em 20 de julho de 1897)”. In: *Revista da Academia Brasileira de  
Letras*, vol. I, julho.
- ATHAYDE, Tristão de (1924). “Política e letras”. In: CARDOSO, Vicente Licinio  
(org.). *À margem da historia da republica (ideaes, crenças e afirmações)*.  
*Inquerito por escriptores da geração nascida com a republica*. Rio de Janeiro:  
Laemmert.
- BARBOZA, Januário da Cunha (1839). “Discurso”. In: *Revista do Instituto Historico e  
Geographico do Brazil*, primeira serie, tomo I.
- BLANCKAERT, Claude (2004). *La nature de la société. Organicisme et sciences  
sociales au XIXe siècle*. Paris: L’Harmattan.
- BOMFIM, Manoel (1905). *A America Latina. Males de origem*. Rio de Janeiro; Paris:  
H. Garnier, Livreiro-Editor.
- BOMFIM, Manoel (1929). *O Brazil na America. Caracterização da formação  
brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.
- CALIL, Carlos Augusto (1997). “Introdução”. In: PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*.  
*Ensaio sobre a tristeza brasileira*. 8ª. edição. São Paulo: Companhia das Letras.
- CANDIDO, Antonio (1997). *Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)*.  
2º vol. (1836-1880). Belo Horizonte: Itatiaia.
- CANDIDO, Antonio (2000). “Literatura e cultura de 1900 a 1945”. In: *Literatura e  
sociedade*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- CUNHA, Euclides da (2004). *Os sertões*. Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão.  
São Paulo, Ática.
- ELIAS, Norbert (1994). “Sociogênese da diferença entre ‘kultur’ e zivilisation’ no  
emprego alemão”. In: *O processo civilizador*. Vol. I. Rio de Janeiro: Jorge  
Zahar.

- HARTOG, François (2003). “Ordres du temps, régimes d’historicité”. In : *Régimes d’historicité. Présentisme et expérience du temps*. Paris: Éditions du Seuil.
- HOLLANDA, Sergio Buarque (1936). *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.
- HRUBY, Hugo (2007). *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)*. Dissertação de mestrado em história. Porto Alegre: PUC/RS.
- IANNI, Octavio (1993). “Estilos de pensamento”. In: BASTOS, Elide Rugai; MORAES, João Quartim de (orgs.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora da Unicamp.
- KOSELLECK, Reinhart (2006). “O futuro passado dos tempos modernos”. In: *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC/RJ.
- LIMA, Luiz Costa (2006). *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras.
- LIMA, Oliveira (1910). “Discurso do Sr. Oliveira Lima (por conta da sua recepção, em 17 de junho de 1903). In: *Revista da Academia Brasileira de Letras*, vol. I, julho.
- LIMA, Oliveira (1913). “Actual papel do Instituto Historico”. In: *RIHGB*, tomo LXXVI, parte 2.
- MACÉ, Marielle (2006). *Le temps de l’essai. Histoire d’un genre en France au XX<sup>e</sup> siècle*. Tours: Belin.
- MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de (1994). “Discurso sobre a historia da litteratura do Brasil”, edição fac-similar da segunda edição (1865), publicada em *Discurso sobre a história da literatura do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.
- NABUCO, Joaquim (1910). “Discurso de Joaquim Nabuco, secretario geral”. In: *Revista da Academia Brasileira de Letras*, vol. I, julho.
- OLIVEIRA, Maria da Glória de (2006). *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Dissertação de mestrado em história. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- PRADO Jr., Caio (1999). *Evolução política do Brasil. Colônia e império*. 21<sup>a</sup>. edição. São Paulo: Brasiliense.

- PRADO, Paulo (1931). *Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira*. 4ª. edição. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia.
- PRADO, Paulo (1997). *Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira*. 8ª. edição. São Paulo: Companhia das Letras.
- PROST, Antoine (1996). “L’histoire s’écrit”. In: *Douze leçons sur l’histoire*. Paris: Éditions du Seuil.
- RIBEIRO, João (1960). *História do Brasil. Curso superior*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- RODRIGUES, José Honório (1966). “Duas obras básicas de Capistrano de Abreu: os *Capítulos de história colonial e Caminhos antigos e povoamento do Brasil*”. In: *Vida e história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- RODRIGUES, José Honório (1969). *Teoria da história do Brasil (Introdução metodológica)*. 3ª. edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- ROMÉRO, Sylvio (1910). “Nosso maior mal”. In: *Provocações e debates (contribuições para o estudo do Brasil social)*. Porto: Livraria Chardron.
- ROMERO, Sílvio (1954). *História da literatura brasileira*. Tomo quinto. Diversas manifestações na prosa reações antirromânticas na poesia. 5ª. edição. Rio de Janeiro: José Olympio.
- ROMERO, Sílvio (1978). “Sobre Émile Zola”. In: *Sílvio Romero: teoria, crítica e história literária*. Seleção e apresentação de Antonio Candido. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp.
- ROMERO, Sílvio (1980). “Prólogo da 1ª. edição”. In: *História da literatura brasileira*. 1º. Volume. Contribuições e estudos gerais para o exato conhecimento da literatura brasileira. 7ª. edição. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL.
- SANTIAGO, Silviano (coord.) (2002). “Introdução”. In: *Intérpretes do Brasil*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.
- SÜSSEKIND, Flora (2002). “Texto introdutório ao *A América Latina*”. In: SANTIAGO, Silviano (coord.). “Introdução”. In: *Intérpretes do Brasil*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.
- TORRES, Alberto (1933). *O problema nacional brasileiro. Introdução a um programma de organização nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- TURIN, Rodrigo (2005). *Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. Dissertação de mestrado em história. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

- TURIN, Rodrigo (2006). “A “obscura história” indígena. O discurso etnográfico no IHGB (1840-1870)”. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de (1854). *Historia geral do Brazil, isto é do descobrimento, colonisação, legislação e desenvolvimento deste Estado, hoje imperio independente, escripta em presença de muitos documentos autenticos recolhidos nos arquivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda*, por um socio do Instituto Historico do Brazil, natural de Sorocaba. Tomo primeiro.
- VENTURA, Roberto (1991). *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil. 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras.
- VERÍSSIMO, José (2001a). “A crítica literária”. In: VERÍSSIMO, José. *Que é literatura? e outros escritos*. São Paulo: Landy.
- VERÍSSIMO, José (2001b). “Sobre alguns conceitos de Sílvio Romero”. In: *Que é literatura? e outros escritos*. São Paulo: Landy.
- VIANNA, F. J. Oliveira. *Populações meridionaes do Brazil (historia – organização – psicologia)*. Primeiro volume. Populações ruraes do centro-sul (paulistas – fluminenses – mineiros). São Paulo: Monteiro Lobato & Cia. Editores, 1920.
- VIANNA, Helio. “Ensaio biobibliográfico”. In: ABREU, J. Capistrano de. *O descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Martins Fontes; Biblioteca do Exército, 2001.